

Mercantilização e intensificação do trabalho docente Traços marcantes da expansão universitária brasileira hoje

Valdemar Sguissardi*

Quando o Brasil vive a euforia oficial e midiática de sua decantada superação da atual crise econômico/financeira e idealizam-se avanços na sua posição entre as principais potências econômicas planetárias, convém perguntar sobre como se apresenta, expande e configura, hoje, sua universidade¹. Quais são alguns dos traços mais salientes de seu atual processo de expansão, tanto na graduação como na pós-graduação? Quais são suas perspectivas para o futuro? Como se caracteriza a efetiva reforma universitária em curso e ao longo das últimas décadas? Que desafios se põem para as políticas de educação superior (ES) no Brasil em face desses eventuais avanços do país no campo econômico nacional e internacional?

Para responder ao essencial dessas questões necessita-se fazer, antes de tudo, breve esboço do contexto sócio-econômico-político dos anos 1990 aos dias atuais, pano de fundo de profundas mudanças de natureza diversa da ES no Brasil. Necessita-se expor brevemente as mudanças no mundo da economia e no âmbito do Estado de que o país foi partícipe como nação da semiperiferia do capitalismo. Precisa-se delinear a relação das reformas no aparelho do Estado e das políticas públicas com as orientações dos organismos multilaterais, em especial, financeiros, a serviço das mudanças no modo de acumulação do capital e de sua mundialização.

Necessita-se identificar, em seguida, dentre as principais características da evolução da ES no mundo e na América Latina, algumas que marcariam de modo significativo a ES no Brasil, tanto no nível geral, quanto, em particular, nos níveis de graduação e pós-graduação. Precisa-se verificar como tais mudanças se efetivam, com que caráter – universal ou específico –, dadas a globalidade de certas diretrizes neste campo e a particular história constitutiva da ES em cada país.

Finalmente, para responder ao essencial dessas questões e abrir perspectivas que possam ir além de um ensaio/diagnóstico e iluminar caminhos a trilhar, necessita-se buscar minimamente possíveis elementos explicativos dessa realidade. Ao menos como hipótese, é preciso verificar a pertinência de uma estreita relação – do processo de acelerada mercadorização de bens materiais ou simbólicos (trabalho imaterial e educação superior, entre estes), e de submissão da ciência e da tecnologia aos interesses do mercado – com a predominância do privado/mercantil e da intensificação do trabalho docente na expansão da ES no Brasil hoje.

* Professor Titular (aposentado) da UFSCar – E-mail: vsguissardi@gmail.com

¹ Utilizam-se, neste texto, indistintamente universidade e educação superior (ES).

1. Ajuste neoliberal e inserção do país no processo de mundialização do capital – mudanças na economia e reforma do Estado

Com significativo atraso em relação a muitos países do centro, a Inglaterra de Thatcher, por exemplo, e da periferia ou semiperiferia, como Chile, México e Argentina, foi a partir do início dos anos 1990 que o Brasil se inseriu no campo do ajuste neoliberal ou ultraliberal na economia e na administração estatal.

As diretrizes enfeixadas no *Consenso de Washington* – abertura comercial, liberalização financeira, desregulamentação e autorregulação das forças de mercado (inclusive da legislação trabalhista), desregulamentação do Estado, retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, privatização de empresas estatais, entre outras – foram seguidas com muito rigor. O processo de privatização que pontificou no octênio (1995-2002) do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) é um bom exemplo da razia ultraliberal. Márcio Pochmann, atual presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), afirma em livro recém lançado:

No Brasil, a fase da privatização implicou reduzir a participação dos bancos públicos de mais de 50% para quase 1/3 da disponibilidade total do crédito doméstico, enquanto a transferência em ativos das empresas estatais para o setor privado por meio da privatização equivaleu a 15% do Produto Interno Bruto e à destruição de mais de 500 mil postos de trabalho. (2010, p. 176).

Em termos comparativos, acrescenta que a experiência de privatização brasileira apenas foi menor em valor, no mundo, à soviética, “com parte significativa do setor produtivo estatal sendo capturado pelo capital estrangeiro” (ibidem), e parte deste, acrescente-se, por ironia, estatal na origem.

Quanto à reconfiguração do aparelho do Estado, as medidas básicas apoiaram-se na concepção que Sousa Santos chamaria de *Estado Subsidiário e Controlador* (1998), que o fazem desertar de sua função de provedor dos serviços sociais (educação, saúde, etc.) para ampliar sua presença como regulador e controlador no interesse da hegemonia do mercado e da maior integração país, ainda que dependente e subalterna², ao mercado mundial.

Impunha-se, na conjuntura, ao Estado, um novo e incontornável papel: o da busca do equilíbrio orçamentário, do fim do déficit público e do controle da inflação a todo custo, pela redução sistemática dos gastos públicos, aumento de juros, privatização de empresas estatais e transferência para a iniciativa privada de obrigações ou serviços públicos pelos quais lhe cabia responder.

² “Do lado internacional, constatou-se que a inserção brasileira se deu de forma passiva e subordinada, gerando ainda maior fragilidade externa. A cada instabilidade internacional, o país teria que passar pela interrupção da expansão produtiva, com enormes conseqüências sociais negativas”. (POCHMANN, 2010, p. 117)

Nesse modelo, diante da baixa variação média anual do PIB (2,3%), que, segundo Pochmann (2010, p. 117), teria favorecido “o avanço da financeirização da riqueza como medida de compensação à tendência de queda da taxa de lucro do setor produtivo”, coube ao Estado,

a submissão plena ao regime de ajustes fiscais permanentes, por meio do contingenciamento ao gasto público, da privatização do setor produtivo estatal e da elevação da carga tributária.

Na reforma do Estado que se efetiva a partir de 1995, primeiro ano do Governo FHC, predomina a ótica gerencialista/eficientista das empresas privadas, do mercado, nisto, como na economia, seguindo o figurino do *Consenso de Washington* e as *recomendações* dos organismos multilaterais (financeiros) que o compuseram, como FMI*, Banco Mundial, BID** e OMC***.

Até o início dos anos 2000, apenas 19% do PIB destinavam-se a gastos sociais, o salário mínimo permanecia congelado, o índice de Gini (desigualdade na renda do trabalho) girava em torno de 0,6³ e o trabalho participava com menos de 40% da renda nacional. (POCHMANN, 2010, p. 118).

O DIEESE (2001: 34) mostrava que, em 1992, a remuneração dos empregados representava 44% do PIB, e o excedente operacional bruto, transferido para o lucro das empresas, respondia por 38%. Em 1998, os percentuais se teriam invertido: 36% e 44% respectivamente.

Em 2009 o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH) do Brasil era 0,813, situando-o na 75ª posição entre 182 países, abaixo de Argentina (49ª), Uruguai (50ª), Cuba (51ª), Bahamas (52ª), México (53ª), Costa Rica (54ª), Venezuela (58ª), Panamá (60ª), Trinidad e Tobago (64ª), Dominica (73ª) e Granada (74ª).

A tabela 1 confirma, pelo lado da distribuição de renda do trabalho, essa posição do país no *ranking* do IDH, e a dimensão de extrema desigualdade que se verifica em relação a este fator essencial do desenvolvimento.

Tabela 1 - Distribuição pessoal de renda do trabalho - Brasil 1997-2007 (%)

Grupo	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Os 10% + pobres	1,1	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0	1,1
Os 20% + pobres	3,3	3,5	3,6	3,3	3,4	3,4	3,5	3,6	3,5	3,8
Os 50% + pobres	13,1	13,5	13,9	14,8	14,9	15,5	16,0	16,3	16,6	17,2
Os 10% + ricos	47,6	47,5	46,8	46,1	46,1	45,3	44,6	44,7	44,4	43,2

* FMI: Fundo Monetário Internacional

** BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

*** OMC: Organização Mundial do Comércio

³ No segundo lustro dos anos 2000, as políticas de cunho social desenvolvidas pelo atual Governo de Lula da Silva têm contribuído para que o índice de Gini tenha atingido 0,49 no ano de 2009..

Os 5% + ricos	34,0	34,0	33,4	32,4	33,0	32,7	32,4	32,0	31,7	30,7
O 1% + rico	13,7	13,7	13,0	12,5	13,3	12,9	12,7	13,0	12,8	12,8

Nota: (1) Rendimento mensal de todos os trabalhos dos ocupados de 10 ou mais anos de idade.

Obs.: a) Em 2000 não houve pesquisa; b) Dados não incluem os rendimentos da população da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Para e Amapá; c) Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento de todos os trabalhos.

Fonte: IBGE. Pnad; Elaboração: DIEESE (2009, p. 41)

Até o ano de 2007, apesar de programas sociais como o *Bolsa Família*, que parece ter tido repercussão positiva em algumas faixas de renda, a situação dos 10% mais pobres (*os miseráveis*) praticamente não se alterou. Na década, observa-se pequena mudança positiva nas faixas dos 20% e 50% mais pobres; o inverso ocorre em relação aos 10%, 5% e 1% mais ricos. Até 1998, os 50% mais pobres tinham renda inferior à do 1% mais rico. Passados oito anos os 50% mais pobres apresentam uma renda total 34% maior que a do 1% mais rico, mas equivalente a apenas 56% da renda dos 5% mais ricos.

2. Expansão da educação superior no Brasil de 1994 a 2008 – restrição do público e expansão do privado/mercantil

É com esse pano de fundo que se examinam abaixo algumas das principais características da expansão da ES no Brasil, tendo também como referência os principais traços das mudanças desse nível de educação no mundo e na América Latina. Procurar-se-á fazer certa distinção entre os níveis de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado), para se poder trabalhar com marcas que lhe são próprias, como a mercantilização, que atinge especialmente as *universidades de ensino*⁴, e a intensificação e precarização do trabalho docente, que atinge em especial as *universidades de pesquisa*⁵.

Como se verá adiante, dentre as tendências mundiais e latino-americanas inventariadas por Francisco López Segrera (2008, p. 268), como marcas da evolução da ES nos últimos anos, a primeira delas – a massificação – ainda não se fez presente no Brasil: a taxa líquida de escolarização foi de 13,2% em 2007 e de 14,3% em 2008; a taxa bruta, de 25,7% em 2007 e de 26,9% em 2008. Posiciona-se, assim, o Brasil, embora 9º PIB mundial, entre os últimos da América Latina neste particular.

Entretanto, a privatização, especialmente na sua vertente mercantil e sem adequado controle dos órgãos públicos do Estado, com presença de novos tipos de

⁴ Por *universidade de ensino* entender-se-ão as instituições de ensino superior que, em geral organizadas como faculdades, centros universitários, institutos superiores, concentram-se na atividade-fim de ensino ou formação profissional.

⁵ Por *universidade de pesquisa* entender-se-ão as instituições de ensino superior que, em geral organizadas como universidades, desenvolvem atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão, segundo os ditames constitucionais (Art. 45 da Constituição Federal de 1988). Estas são as que, via de regra, possuem um setor de pós-graduação consolidado.

provedores, é hoje uma das marcas mais proeminentes da ES no Brasil, como se verá adiante através dos dados oficiais disponíveis.

O que esse autor retrata como “crise da profissão acadêmica” – segundo a qual, entre outras coisas, os professores seriam estimulados a se tornarem “empresários do conhecimento”, trabalhando como consultores, para complementação salarial – é uma realidade cada vez mais presente, tanto nas instituições de ES (IES) públicas – em que se flexibilizam regimes de trabalho em tempo integral e se multiplicam fundações de apoio institucional (FAI) de natureza privada no espaço público –, quanto especialmente nas IES privadas e privado/mercantis, onde predominam os contratos de trabalho por hora/aula (professor horista), que obrigam os professores a trabalhar em três, quatro ou mais IES ao mesmo tempo para garantia do próprio sustento.

Aqui interessa demonstrar, ainda que de modo sucinto, o grave e preocupante fenômeno da intensificação e precarização do trabalho dos professores envolvidos com programas de pós-graduação nas ditas *universidades de pesquisa*, no caso, nas Universidades Federais.⁶

A discriminação no acesso à ES, especialmente por razões de classe social, no Brasil, como bem o demonstra López Segrera, é a mais clara decorrência da extrema desigualdade sócio-econômica e cultural do país que o situa entre as 15 nações de maior desigualdade social do planeta.

O incremento a práticas gerenciais, de avaliação e de prestação de contas tem marcado a ES brasileira, seja pela orientação dominante na reforma do Estado – de cunho gerencial-eficientista –, seja pela redução do financiamento público às IES públicas, seja, ainda, pela prática de modelos ditos de avaliação que não são mais que sofisticados sistemas de medidas visando à regulação e ao controle estatais, como ocorria, para a graduação, com o famigerado *Provão* (de 1997 a 2003)⁷, e ocorre com o atual *SINAES*⁸, e, para a pós-graduação, com o denominado *Modelo Capes de Avaliação*⁹.

⁶ Tomar-se-á como referência básica investigação, patrocinada pelo CNPq e FAPESP, que de 2005 a 2009 abordou essa questão numa amostra de sete Universidades Federais das 16 do Sudeste do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) cujos resultados e análises acabam de ser publicados em livro: SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho Intensificado nas Federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

⁷ *Provão* é a alcunha do Exame Nacional de Cursos (ENC), constante basicamente de uma única prova ao final do curso superior, cujo resultado era utilizado para classificar os Cursos e as Instituições, formando um *ranking* institucional com grande repercussão na mídia e servindo para o *marketing* em especial das IES privadas e privado-mercantis.

⁸ SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que se apóia em diversos índices, entre os quais o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC).

⁹ Sistema de coleta e avaliação anual de dados relativos principalmente aos “produtos” finais, em termos quantitativos, dos Programas de Pós-Graduação que, a cada triênio recebem uma nota (de 1 a 5 para

A respeito da proposta da OMC de incluir a ES entre os serviços sujeitos à regulação dos AGCS (Acordos Gerais de Comércio e Serviços), embora a posição oficial do atual Governo brasileiro lhe seja contrária, pode-se dizer que, na prática, ela é adotada e reconhecida pela legislação brasileira desde a edição do Decreto 2.306, de 19/08/1997, que assim reza em seu artigo 7º:

As instituições privadas de ensino classificadas como particulares, em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime de legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual.¹⁰

O indicador mais significativo da evolução recente da ES no Brasil, além da mercantilização, talvez seja o da redução do financiamento público da ES pública, como evidencia a tabela 2 abaixo. É neste indicador que se corporificam as diretrizes do ajuste neoliberal, as diretrizes dos organismos multilaterais, como acima exposto, e, a partir de 1995, o *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Ele revela o principal fator imediato da quase estagnação do setor público federal, em número de IES, até poucos anos passados.

Os dados dessa tabela cobrem o período 1989-2008. Neste, o total de matrículas de graduação do setor público federal, de mais de meia centena de universidades, cresceu 104,5%, passando de 314 mil para 643 mil, e o de pós-

todos, e de 6 e 7 para os de *padrão internacional*), nota que orienta a distribuição de auxílios financeiros e bolsas de estudos, dado que a CAPES é antes de tudo uma agência oficial de financiamento da pós-graduação.

¹⁰ Embora esse Decreto tenha sido revogado pelo Decreto n. 3.860/2001 e este pelo *Decreto Ponte* n. 5.773/2006, o conteúdo desse artigo permanece válido no âmbito da legislação atual pertinente.

Tabela 2 - Recursos das IFES como percentual do PIB, das Despesas Correntes do FPF e da arrecadação de impostos da União (Valores R\$ milhões, a preços de janeiro de 2009 (IGP-DI/FGV))

Ano	PIB	Despesas Correntes do FPF	IMPOSTOS	IFES			
				Recursos	%PIB	%FPF	% Impostos
1989	2.058.510	350.802	159.878	19.983	0,97	5,70	12,50
1990	2.059.646	336.062	197.601	16.272	0,79	4,84	8,23
1991	2.093.365	244.268	137.642	12.805	0,61	5,24	9,30
1992	2.039.919	270.034	83.155	11.577	0,57	4,29	13,92
1993	2.036.113	346.877	152.509	15.028	0,74	4,33	9,85
1994	2.011.968	335.218	203.691	18.275	0,91	5,45	8,97
1995	2.427.839	383.040	174.993	19.600	0,81	5,12	11,20
1996	2.613.764	395.685	175.120	17.662	0,68	4,46	10,09
1997	2.695.287	405.785	179.348	17.351	0,64	4,28	9,67
1998	2.705.294	447.071	200.102	17.045	0,63	3,81	8,52
1999	2.642.948	462.618	201.221	16.684	0,63	3,61	8,29
2000	2.572.748	432.817	183.531	15.727	0,61	3,63	8,57
2001	2.573.625	462.265	192.239	14.392	0,56	3,11	7,49
2002	2.573.346	457.111	205.192	14.634	0,57	3,20	7,13
2003	2.410.585	430.691	178.071	12.989	0,54	3,02	7,29
2004	2.516.512	450.257	181.941	14.377	0,57	3,19	7,90
2005	2.626.503	490.288	203.608	13.909	0,53	2,84	6,83
2006	2.849.579	605.783	219.724	17.323	0,61	2,86	7,88
2007	2.972.464	595.998	245.624	18.139	0,61	3,04	7,38
2008	2.972.823	559.353	277.011	18.586	0,63	3,32	6,71

Fonte: PIB: Banco Central do Brasil e IPEA - <http://www.ipeadata.gov.br>; Impostos: Arrecadação da Receita Administrada pela SRF. <http://www.receita.fazenda.gov.br>; Recursos das IFES: 1990-1994:MF/STN/CGC; 1995-2008:Execução Orçamentária da União - <http://www.camara.gov.br>
 Desp. Correntes do FPF: Execução Orçamentária do Governo Federal e Balanço Geral da União.-

Tabela elaborada por Nelson Cardoso Amaral – 2009.

graduação triplicou (v. item 3). O PIB brasileiro cresceu no mesmo período 44% em valores atualizados; as despesas correntes do Fundo Público Federal (FPF), 60%; e os Impostos Federais (IF), 73%.

Os recursos do Tesouro Nacional para o conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que, em 1989, foram de R\$ 19.983 milhões ou 0,97% do PIB, 5,70% do FPF e 12,50% dos IF, em 2003 – primeiro do Governo Lula, com orçamento aprovado no ano 2002, último do Governo FHC – reduziu-se a R\$ 12.989 milhões ou a 0,53% do PIB, 3,02% do FPF e 7,29% dos IF. Dada a variação dos índices de arrecadação de impostos e de gastos com o FPF, durante o Governo Lula, diversos índices foram ainda menores do que no Governo anterior.¹¹

Outros traços das reformas da ES na América Latina arrolados por López Segrera, com apoio em Mollis (2003, p. 11), têm presença marcante na *reforma* efetiva da ES no Brasil, a começar pela *diferenciação institucional e diversificação de fontes de financiamento* – recomendações do documento *As Lições da Experiência* do Banco Mundial (WB, 1994). Também se fazem presentes outros, como: a) uma série de instrumentos legais, principalmente decretos e portarias que, sob o guarda-chuva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e sem passarem pelo Congresso Nacional, têm garantido as principais mudanças ES; b) quebra de isonomia salarial dos professores mediante incentivos, segundo indicadores de produtividade (v. Gratificação de Estímulo à Docência – GED, para os professores das IFES); c) Predomínio das TIC's e incentivo oficial à Educação a Distância.

– Os números da privatização e da mercantilização da ES no Brasil

O subsistema de educação superior (ES) no Brasil era constituído, em 2008, como mostra a tabela 3 abaixo, de 2.252 instituições de educação superior, das quais apenas 183 universidades, isto é, com exigência constitucional de associação ensino, pesquisa e extensão, e legal de possuir 1/3 de seus professores em regime de tempo integral e 1/3 portadores do título de mestre ou doutor. A evolução do subsistema nas últimas décadas para chegar a esta configuração será objeto de exame a seguir.

¹¹ Entretanto, segundo Amaral (2009), durante os seis anos do Governo Lula têm sido triplicados os recursos para efetiva manutenção das IFES, passando de cerca de R\$ 500 milhões em 2003 para cerca de R\$ 1.700 milhões em 2008; tendo ocorrido ainda mais significativos aumentos de recursos em investimentos (construções e laboratórios): de cerca de R\$ 60 milhões em 2003 para cerca de R\$ 600 milhões em 2007.

Tabela 3 – Distribuição das IES do Brasil por categoria administrativa – 2008

Cat. Adm. IES	Público				Privado (Comun/ Conf/Filan)	Particular (Privado/ Mercantil)	Total
	Total	Fed.	Est.	Mun.			
Universidades	97	55	36	6	57	29	183
Centros Universitários	5	-	-	5	56	63	124
Fac., Esc. e Institutos	134	38	46	50	324	1.487	1.945
Total	236	93	82	61	437	1.579	2.252

Fonte: BRASIL. MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior.

A privatização em sentido amplo é um fenômeno que se verifica desde o advento de *Universidades* ou *Faculdades livres* (efêmeras) no início do Século XX, que se aprofunda com a criação de IES confessionais em meados do século, mas que se torna um dado predominante no subsistema de educação superior no país a partir da Ditadura Militar (1964-1984). As matrículas públicas, que eram 61,6% do total em 1964, serão apenas 40,9% em 1984, contra 38,4% de matrículas privadas em 1964 e 59,1% em 1984.

De 1984 a 1994 (Governos Sarney – 1985-1989; Collor de Melo e Itamar Franco – 1990 a 1994), os percentuais permaneceram quase inalterados. O que cabe observar é que, enquanto, nos 20 anos da Ditadura, as matrículas totais aumentaram 981% – de 142 mil para 1.399 mil –, nos 10 anos da “Abertura Democrática” (1984-1994), o aumento não passou de 18,7%, chegando-se a 1.661 mil matrículas totais.

A tabela 4 abaixo mostra a evolução do subsistema de ES (IES e matrículas), distribuídas por categoria administrativa, ainda sem distinção entre as privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas, e as particulares ou privado/mercantis (*for profit*).

Os dados dessa tabela mostram a retomada da expansão, tanto de IES como de matrículas no octênio do Governo FHC (1994-2002), como na primeira década da ditadura militar, com acentuada privatização, agora sob o pano de fundo do ajuste neoliberal e das recomendações dos organismos multilaterais financeiros: o número das IES públicas reduz-se em 10,5%, enquanto as IES privadas aumentam em 127%. Por outro lado, para um aumento de 52,3% das matrículas públicas, dá-se um aumento de 150,2% das matrículas privadas. Nos seis anos seguintes (2002-2008; Governo Lula) ocorre um crescimento de 21% das IES públicas, mas cerca de 40% das IES privadas;

21,2% de aumento das matrículas públicas para um aumento de 56,7% das matrículas privadas.

Tabela 4 - Evolução do número de instituições e de matrículas de educação superior por categoria administrativa (público e privada) – 1994-2008

Ano	Número de Instituições					Número de Matrículas				
	Total	Públ.	%	Priv.	%	Total (mil)	Públ. (mil)	%	Priv. (mil)	%
1994	851	218	25,6	633	74,4	1.661	690	41,6	970	58,4
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1	3.479	1.051	30,2	2.428	69,8
2006	2.270	248	11,0	2.022	89,0	4.676	1.209	25,8	3.467	74,2
2008	2.252	236	10,5	2.016	89,5	5.080	1.274	25,0	3.806	75,0
1994-2002 $\Delta\%$	92,4	-10,5	-	127,8	-	109,5	52,3	-	150,2	-
2002-2008 $\Delta\%$	37,5	21,0	-	39,8	-	46,0	21,2	-	56,7	-
2006-2008 $\Delta\%$	-00,7	-05,0	-	-00,3	-	08,6	05,4	-	09,7	-
1994-2008 $\Delta\%$	164,6	8,3	-	218,5	-	205,8	84,6	-	292,4	-

Fonte: BRASIL. MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior.

Observe-se, no último biênio (2007-2008), a estagnação do crescimento do número de IES – tanto públicas, quanto privadas – e um crescimento de 5,4% nas matrículas públicas contra 9,7% nas matrículas privadas.

Finalmente, cabe observar que, após o ajuste neoliberal na economia e a reforma do Estado, de 1994 a 2008, para um crescimento global do número de IES de 164,6%, as públicas cresceram apenas 8,3% contra 218,5% das privadas. Quanto às matrículas, para um crescimento global de 205,8%, as públicas cresceram 84,6% contra 292,4% das privadas.

Esses dados resultam numa distribuição percentual muito distinta, entre o setor público e o setor privado, no total de IES e de matrículas: as IES públicas perfaziam 25,6% do total em 1994 e perfazem apenas 10,5% em 2008; as IES privadas, ao inverso, perfaziam 74,6% em 1994 e perfazem 89,5% em 2008. Nas matrículas, tem-se uma redução no período de 41,6% para 25% nas públicas, e um crescimento de 58,4% para 75% nas privadas.

Embora o fenômeno da mercadorização¹² fosse conhecido há alguns anos, é somente a partir do Decreto 2.306, de 19/08/1997, acima referido, cujo artigo 7º legaliza e institui a mercantilização do ensino superior¹³, que se torna possível a existência de

¹² Neste texto utilizam-se mercadorização e mercantilização como quase sinônimos.

¹³ Esse decreto antecipava por um ano o documento do Banco Mundial apresentado na *Conferência Mundial sobre a Educação Superior*, da UNESCO, no qual se defendia a tese de que o ensino superior teria muito mais características de um bem privado que público. (World Bank, 1998; Sguissardi, 2005)

dados oficiais a respeito. Isto se torna público com o Censo da Educação Superior, comandado pelo MEC/INEP, desde 1999.

Tabela 5 - Evolução e percentual do número de instituições de educação superior por categoria administrativa (pública, privada e particular) – 1999-2008

Ano	Número de Instituições						
	Total	Públicas	%	Privadas	%	Particulares	%
1999	1.097	192	17,5	379	34,5	526	48,0
2006	2.270	248	11,0	439	19,0	1.583	70,0
2008	2.252	236	10,4	437	19,4	1.579	70,2
2006-2008 $\Delta\%$	-00,7	-04,8	-	-00,4	-	-00,2	-
1999-2008 $\Delta\%$	105,3	22,9	-	15,5	-	200,1	-

BRASIL. MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior.

Nesse período de nove anos o número de IES mais do que dobra (105,3%), mas o das particulares ou privado/mercantis triplica: 200% de aumento contra apenas 22,9% das públicas e 15,5% das privadas (comunitárias, confessionais e filantrópicas). Este crescimento se dá até 2006. Desta data em diante parece verificar-se um fenômeno já previsto por analistas do mercado educacional, isto é, a incorporação de pequenas faculdades por IES de porte médio, e, destas, por IES de grande porte (Ver SGUISSARDI, 2008a, p. 1003).

Em nove anos, as IES particulares (*for profit*) aumentam sua participação de 48% para 70,2% do total; as IES privadas sem fins lucrativos diminuem de 34,5% para 19,4%; e as públicas, de 17,5% para 10,4%.

Tabela 6 - Evolução e percentual do número de matrículas de educação superior por categoria administrativa (pública, privada e particular) – 1999-2008

Ano	Número de Matrículas						
	Total	Públicas	%	Privadas	%	Particulares	%
1999	2.369.945	832.022	35,0	886.561	37,4	651.362	27,8
2006	4.676.646	1.209.304	25,8	1.543.176	33,0	1.924.166	41,2
2008	5.080.056	1.273.965	25,0	1.357.290	26,7	2.448.801	48,3
2006-2008 $\Delta\%$	08,6	05,3	-	-12,0	-	27,3	-
1999-2008 $\Delta\%$	114,3	49,1	-	53,1	-	276,0	-

BRASIL. MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior.

Embora as discrepâncias entre as diferentes categorias administrativas de IES não sejam tão flagrantes como no caso da evolução do seu número, no caso das matrículas o crescimento das privado/mercantis é cerca de cinco vezes maior do que o das públicas e das privadas. Isto provoca profunda mudança na participação de cada

categoria no total: se, em 1999, as matrículas públicas e privadas participavam com pouco mais de 1/3 do total, cada uma, e as particulares com pouco mais de 1/4, passados apenas nove anos, em 2008, estas quase dobraram seu percentual de participação (48,3%) e aquelas o tiveram reduzido para cerca de 1/4 do total cada uma.

Diferentemente do que ocorreu nos últimos dois anos do período em relação ao número de IES, no caso das matrículas, para um aumento total de 8,6%, as privado/mercantis cresceram 27,3%, as públicas apenas ultrapassaram 5% e as privadas (sem fins lucrativos) diminuíram 12%. Mantido esse ritmo de crescimento, neste ano de 2010 a distribuição percentual de matrículas deverá estar em torno de 25% nas públicas, 18,5% nas privadas e 56,5% nas privado/mercantis.

3. Intensificação e precarização do trabalho dos professores

Um traço relativamente novo na ES no Brasil é o da intensificação e precarização do trabalho dos professores/doutores envolvidos com atividades de pós-graduação.

A pós-graduação *stricto sensu* apresentou um crescimento exponencial nas últimas duas décadas, em especial na sua “produtividade”: aumento de nove vezes no número de titulados no mestrado e 12 vezes no doutorado.

Tabela 7 – Evolução do número de matrículas e de titulados na pós-graduação *stricto sensu* – 1987-2008

Ano	Mestrado Acadêmico		Mestrado Profissional		Doutorado		Total	
	Matricul.	Titulados	Matricul.	Titulados	Matricul.	Titulados	Matricul.	Titulados
1987	29.281	3.647	-	-	7.914	868	37.195	4.515
2008	88.295	33.360	9.073	2.654	52.750	10.711	150.118	46.725
Δ%	232	814	-	-	566	1.133	303	934

Fonte: Portal da Capes - <http://www.capes.gov.br/estatisticas>

O crescimento da produção científica brasileira – quase toda ela vinculada aos programas de pós-graduação – considerando-se apenas a registrada pela Base Standard ISI (*Institute for Scientific Information*), USA (2007), no triênio 2004-2007 sobre a produção do triênio anterior, foi de 33,15%, isto é, de 41.931 para 55.858 “produtos”. (GUIMARÃES, 2008, p. 38).

Esses dados tendem a escamotear a intensificação e precarização do trabalho dos professores vinculados à pós-graduação, como se verá de modo sucinto a seguir, dada a natureza deste texto.

Segundo pesquisa em sete IFES da Região Sudeste, acima referida (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009), a intensificação e precarização do trabalho dos professores, em especial dos vinculados a programas de pós-graduação, podem ser facilmente demonstradas por alguns indicadores, tais como: redução do financiamento,

redução salarial, aumento da relação professor/alunos, redução do quadro de funcionários técnico-administrativos e adoção do atual *Modelo Capes de Avaliação*, que redonda no *produtivismo acadêmico*.

A redução dos recursos do Tesouro Nacional destinados ao conjunto das sete IFES pesquisadas foi, no período em estudo (1995-2005), de exatos 30% (a redução para todas as IFES do país foi de 29%).

A redução salarial pode ser exemplificada com a diminuição da remuneração dos professores titulares doutores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva que foi, no período 1995-2005, de 21,19%.

O aumento da relação professor/alunos, no período, é o resultado do aumento do número de cursos de mestrado (41,7%) e doutorado (71,6); do aumento das matrículas de graduação (29%) e de pós-graduação (112%); e do aumento do corpo docente (cerca de 10%). Feitos os cálculos, transformando todos os professores em professores de tempo integral equivalentes, e todos os alunos em alunos de graduação equivalentes (o aluno de pós-graduação equivalendo a quatro de graduação), obteve-se, no período estudado, um aumento na relação professor/alunos de 36% (1/12 em 1995 e 1/16 em 2005).

A redução do quadro de funcionários técnico-administrativos foi de 40%, sendo grande parte de suas atividades assumidas pelo corpo docente (TIC's).

A adoção, a partir de 1997, do atual *Modelo Capes de Avaliação* e a disponibilidade de dados a partir de 1998 no *Portal Capes (on line)* a respeito da produção intelectual dos docentes envolvidos permitiram que, por uma amostra de 32 Programas de Pós-Graduação dessas sete IFES pesquisadas, se pudesse chegar aos seguintes dados: a) a produção intelectual teve um aumento bruto no período 1998-2005 de 124,5%; b) considerando o aumento de 44% do número de professores no período, a distribuição *per capita* líquida de “produtos” cresceu 58%. A média anual *per capita* de “produtos” por docente/autor que, em 1998, era de 2,4, em 2005 já era de 3,68.

O gradativo aumento desta média anual *per capita*, induzido pelo *Modelo Capes de Avaliação*, a excessiva valorização da quantidade em relação à qualidade desses “produtos”, e as conseqüências perversas disto sobre as atividades de ensino, orientação e extensão, entre outras, que induzem à uniformidade, à heteronomia e à competitividade, é um fator importante na intensificação e precarização do trabalho dos professores universitários. (Ver SGUISSARDI, 2006 e 2008; SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009).

Considerações finais

Esteve no horizonte do acima exposto contribuir para demonstrar uma hipótese de trabalho explicativa do fenômeno em exame e, assim, lançar eventuais luzes sobre caminhos a percorrer, lutas de resistência a enfrentar, reformas a empreender, etc. A hipótese a verificar é a que diria respeito a uma estreita dependência entre o atual processo de acelerada mercantilização e intensificação do trabalho docente, na expansão da ES no Brasil, em relação ao processo de generalizada mercantilização dos bens materiais ou simbólicos – o trabalho imaterial e a educação superior entre estes –, assim como, da cada vez maior submissão da ciência e da tecnologia aos interesses do mercado.

Como já feito em outras ocasiões na abordagem dessa temática (SGUISSARDI, 2008a e 2009a), cabe aqui retomar – por essencial e incontornável – o que Marx previu para o futuro da sociedade capitalista:

a) ela [a sociedade capitalista] seria compelida a aumentar incessantemente a massa de mercadorias, fosse pela maior capacidade de produzi-las, fosse pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em mercadoria; no limite, tudo seria transformado em mercadoria; b) (...) no limite, esse espaço seria todo o planeta; c) ela seria compelida a inventar sempre novos bens e novas necessidades. (...) Para incluir o máximo de populações no processo mercantil, formaria um sistema-mundo. Para criar o homem portador daquelas novas necessidades em expansão, alteraria profundamente a cultura e as formas de sociabilidade. Nenhum obstáculo externo a deteria. (Marx, *apud* Benjamim, 2008)

É neste movimento do real, do atual processo de mundialização do capital, que se pode situar e entender a proeminência do privado/mercantil na ES e a crescente exploração do trabalho imaterial dos docentes, assim como também visualizar alguns dos principais desafios que se põem para os que defendem a educação superior como um direito público universal e dever do Estado. Isto, sabendo-se que este (o Estado) não é sinônimo de público e que, portanto, um dos primeiros desafios será o de lutar por um Estado representante dos interesses públicos na sua contraposição com os interesses privado/mercantis. Daqui decorre igualmente que, se não se pode de imediato impedir a expansão ainda maior da particularização/mercantilização da educação superior, dever-se-ia poder lutar para sua adequada regulação e controle pela ação do Estado, regulação que defina, cobre e faça respeitar o interesse público.

Além dos múltiplos desafios que significa a superação das crônicas deficiências do subsistema de ES num país com “sonhos” de potência – elitização, discriminação, precário financiamento, pseudo-avaliação, etc. –, cabe lembrar que é no âmbito da pós-graduação, no caso do Brasil, que se ditam os rumos da efetiva reforma universitária. O *Modelo Capes de Avaliação* – e o *produtivismo acadêmico* – como motor da

intensificação e precarização do trabalho, invadem e impregnam a *universidade de pesquisa*, pois a *universidade de ensino* de há muito não passa de uma instituição meramente neoprofissional, fornecedora de precárias credenciais de diferenciação social.

Referências

- AMARAL, Nelson C. Recursos IES Brasil. Goiânia: PPGE (Power-point), 2009.
- BENJAMIN, C. Karl Marx manda lembranças. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 set. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2009200824.htm>>. Acesso em: 20 set. 2008.
- DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores: 2000-2001*. 5ª. ed. São Paulo: Dieese, 2001
- DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores: 2000-2001*. 10ª. ed. São Paulo: Dieese, 2009.
- GUIMARÃES, Jorge. Conferência. São Pedro, SP, 2008 (PowerPoint). www.unesp.br/.../Conferencia (Capturado em 203/03/2010)
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco. Tendencias de La educación superior en el mundo y en América Latina y el Caribe. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 2, p. 267-291, jul. 2008.
- MOLLIS, M. (compiladora) (2003) Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas? CLACSO, Buenos Aires.
- POCHMANN, Márcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- PORTAL Capes - <http://www.capes.gov.br/estatisticas>
- SANTOS, Boaventura de S. (1998). A reinvenção solidária e participativa do Estado. *Seminário Internacional "A Sociedade e a Reforma do Estado"*. Brasil/Mare, São Paulo, 26-28/03/1998.
- SGUISSARDI, V. . A avaliação defensiva no "Modelo Capes de Avaliação": Como conciliar avaliação educativa com regulação e controle do Estado? *Perspectiva* (Florianópolis), v. 24, p. 49-88, 2006
- SGUISSARDI, V. . Pós-Graduação (em Educação) no Brasil - Conformismo, Neoprofissionalismo, Heteronomia e Competitividade. In: MANCEBO, Deise; SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Org.). *Reformas e Políticas - educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2008, v. 1, p. 137-165;
- SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: domínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, Set./Dez. 2008a.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.
- SGUISSARDI, Valdemar. A universidade como espaço público no Brasil - traços, desafios e perspectivas. *La Universidad como objeto de investigación - VI Encuentro Nacional y III Latinoamericano*. Cordoba, Ar., 12, 13 y 14 de noviembre de 2009a.

WORLD BANK. *Higher education: the lessons of experience*. Washington, DC: World Bank, 1994.

WORLD BANK. *The financing and management of higher education – a status report on worldwide reforms*. Elaborado por D. Bruce Johnstone, com colaboração de Alka Arora e William Experton. Washington, DC: The World Bank Group, 1998.

Mercantilização e intensificação do trabalho docente Traços marcantes da expansão universitária brasileira hoje

Valdemar Sguissardi

Resumo

Este artigo visa responder a questões que dizem respeito, por um lado, a alguns traços mais salientes do atual processo de expansão e reconfiguração da educação superior no Brasil, hoje, tanto na graduação como na pós-graduação, e, por outro, às suas perspectivas para o futuro e aos desafios que se põem para a formação universitária em face dos eventuais avanços do país no campo econômico em âmbito nacional e internacional. Dentre esses traços privilegia-se na análise a crescente mercantilização da universidade e a intensificação e precarização do trabalho docente em especial nas universidades que consolidam sua pós-graduação.

Commodification and intensification of the teaching task Noticeable traits in the expansion of Brazilian university education today

Valdemar Sguissardi

Abstract

This paper aims at answering questions that have to do with some noticeable traits in the current process of expansion and reconfiguration of higher education in Brazil, both at undergraduate and graduate levels. It also deals with its perspectives for the future and the challenges they offer to university formation in view of the possible advancements of the country in the national and international economic fields. Among these traits the analysis highlights the increasing commodification of the university and the intensification and weakening of the teaching task, especially in the institutions that are consolidating their graduate courses.

Como citar:

SGUISSARDI, Valdemar. Mercantilização e intensificação do trabalho docente - traços marcantes da expansão universitária brasileira hoje. In: LÓPEZ SEGRERA, Francisco; RIVAROLA, Domingo M.. (Org.). *La Universidad ante los desafíos del siglo XXI*. Assunción: Ediciones y Arte S. A., 2010, p. 295-317.